



Senador Roberto Campos

Uma negociação de nível político e conduzida pelo Presidente João Figueiredo é a solução apontada por alguns políticos para o problema de pagamento da dívida externa brasileira. Desde Senadores e Deputados do PDS até os políticos de vários partidos de oposição, todos se mostram descrentes quanto à possibilidade de se conseguir bons resultados nas negociações com o Fundo Monetário Internacional e banqueiros, enquanto a questão continuar a ser resolvida por Ministros da área econômica como um específico problema econômico.

O Senador Roberto Campos (PDS-MT), que já realizou três renegociações de dívidas externas brasileiras como representante do Itamaraty, diz que o Brasil já está em moratória desde dezembro, quando confessou que não podia pagar e foi ao FMI pedir ajuda e aos banqueiros o adiamento dos pagamentos.

Na opinião de Campos, as expressões renegociação, reciclagem ou moratória da dívida externa fazem pouca diferen-

Para parlamentares, solução é política

ça, atualmente, porque já está comprovado que o País não tem condições de pagar apenas fazendo o adiamento dos prazos. A questão, agora, é saber como é que o País pode pagar e como os bancos poderão suportar inadimplência.

Para Campos, esta questão transcende a discussão econômica, pois o Brasil precisa ser ajudado pelos Países desenvolvidos, para que saia da crise e, ao mesmo tempo, os países desenvolvidos precisam também estudar meios de proteger o sistema financeiro internacional.

— É uma negociação mais ampla e que envolve questões políticas internas de outros países. Os Governos dos países desenvolvidos não podem ajudar os bancos sem consultar o Congresso. É portanto, necessária, uma negociação de Governo para Governo. Não é mais apenas uma questão econômica entre o

Brasil e os bancos. Não é apenas uma mera questão definicional se estamos em moratória ou renegociando a dívida.

O Senador Severo Gomes (PMDB-SP) também acha que é preciso haver negociação do Governo no plano interno e externo. Segundo Severo, não pode existir um pacto do Governo com os banqueiros internacionais e o FMI, no exterior, e apenas um comunicado frio e autoritário para a população, indicando que vai haver recessão, desemprego, falências etc. Na sua opinião, o Governo tem de chegar a acordos com todos os partidos e sindicatos sobre o que precisa ser feito para recuperar o País.

— Os sacrifícios — disse — precisam ser discutidos democraticamente pelo Presidente João Figueiredo com todos os partidos. Do contrário, o Brasil vai continuar assumindo compromissos e não cumprindo nenhum.

O Deputado Jorge Leite (PMDB-RJ) diz que o Presidente do México, Miguel de La Madri, foi quem assumiu todas as negociações externas do País, principalmente com os Estados Unidos. Além disso, foi também quem fez os acordos políticos no México, para possibilitar a execução do programa de ajustamento econômico.

— Os Ministros mexicanos que levaram o País à falência — disse — foram afastados com a mudança de Governo. O novo Governo assumiu o comando das negociações através da pessoa do Presidente, que lançou, inclusive, um programa para proteger os desempregados. No Brasil, continuamos a ter o trio que levou o País à falência. Ele realiza negociações internacionais sem ter crédito externo e respaldo político interno.

O Deputado José Eudes (PT-RJ) diz que o Brasil tem de reconhecer sua in-

capacidade de pagar e partir para uma negociação externa e interna aberta, na qual os trabalhadores também possam influir e proteger seus empregos. O Governo, por sua vez, usaria esta pressão como força de negociação.

Na sua opinião, essa negociação é política e tem de ser assumida pelo Presidente João Figueiredo.

Já o Deputado Romualdo Carrasco (PTB-RJ) acha que o Brasil está na moratória realmente, mas tem condições de sair através de uma negociação política mais hábil do que a atual. Na sua opinião, os tecnocratas negociam com muita deficiência e ficam insistindo em projetos que não se pode cumprir. Ele lembra que o México, a Argentina, o Chile e dezenas de outros países confessaram sua incapacidade de pagar e foram para a renegociação. Por causa dessa posição, nenhum banco quebrou no sistema financeiro internacional e os Países continuam seus programas de ajustamento. Ele defende uma negociação mais política e envolvendo principalmente os Governos, sem a preocupação de se encontrar uma mágica solução econômica.